

CNDH aprova relatório sobre deslocamentos compulsórios no Pará

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH aprovou hoje (18) por maioria de votos o Relatório Preliminar de Atividades e suas recomendações. A Resolução n. 34, de 18 de setembro de 2020, foi apreciada no segundo dia da 7a Reunião Extraordinária do colegiado, realizada virtualmente devido à pandemia de covid-19. O relatório foi elaborado pela Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios, composta por membros do CNDH (Eneida Guimarães, Leonardo Pinho, Ismael José César e Paulo Mariante); do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVCEs); da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); da Comissão Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA; da Defensoria Pública da União (DPU); e da Comissão Relações Internacionais da OAB - Seção Pará.

A relatora da temática e conselheira Eneida Guimarães apresentou ao Plenário o relatório, dividido em quatro partes principais: a contextualização do problema; histórico, objetivos e composição ampliada da Frente de Trabalho; os encontros realizados sobre a proteção de direitos em deslocamentos compulsórios; e, finalmente, as conclusões e recomendações para incidência no tema.

Conforme explicado na reunião, a análise abrangeu quarto mesorregiões do estado do Pará, compreendendo Altamira e projetos como Usina Hidrelétrica Belo Monte, Projeto de Volta Grande - Belo Sun Mining, exploração da floresta pela agricultura e pecuária. Outra área tratada foi a de Santarém, com seus projetos hidrelétricos, de logística, mineração e expansão do agronegócio.

Marabá, com o projeto Grande Carajás, extração de minério de cobre, Ferrovia Pará (FEPASA), hidrovia Araguaia-Tocantins e a agropecuária, também foi debatida. Por fim, o relatório analisou Barcarena e seu Distrito Industrial, a exploração de caúlum, a contaminação hídrica do Rio Murucupi, o complexo portuário de Barcarena.

Os desafios enfrentados por territórios e comunidades atingidas por processos de deslocamentos compulsórios no combate à covid-19, para a aprovação e implementação de normativas para a proteção de direitos de famílias e ameaçadas de deslocamentos também foram abordados, assim como os esforços em curso para proteção do direito à permanência.

Segundo Guimarães, os deslocamentos compulsórios são um assunto nacional e estão relacionados aos grandes projetos, embora o relatório debatido hoje seja centrado no Pará. Para ela, muitas vezes os governos locais ficam felizes por receber grandes empresas que trazem projetos, são muito bem acolhidos. Mas as pessoas que lá vivem e que muitas vezes são ribeirinhos, quilombolas, garimpeiros, pessoas que vivem na terra, não têm a devida atenção do Poder Público.

“Os processos de deslocamentos compulsórios aqui estudados e seus efeitos, historicamente conhecidos, chamam a atenção para um necessário debate em torno de diretrizes robustas que impeçam e/ou reformulem esses processos, ao ponto de que a pessoa humana e toda sua conformação sejam vistas em primeiro plano. É preciso reforçar uma compreensão pública de direito a reparação integral de danos sofridos, e avançar na construção de arcabouço que proteja direitos específicos das populações atingidas”, propõe o relatório.

O documento traz ainda uma série de recomendações, a necessidade de o CNDH realizar missões específicas para identificação de evidências de violações de direitos

nos territórios visitados, assim como dar sequência ao monitoramento das recomendações expedidas. Ainda foi sugerida a elaboração de uma resolução específica sobre deslocamentos forçados, de modo a apontar diretrizes para a proteção de direitos dos atingidos por grandes empreendimentos, baseando-se nos indicativos de violações registrados nesse relatório.

A aclamação de conselheiras e conselheiros ao relatório apresentado por Guimarães foi sintetizada pelo conselheiro Everaldo Patriota: “Se daqui a 50 anos, continuarmos a marcha da insensatez na Amazônia e ela for uma savana ou um deserto, e alguém olhar pra trás, esse relatório é um retrato do que os grandes empreendimentos fizeram e querem fazer com esse território. Do mesmo jeito que a ditadura civil-militar tratou a Amazônia, os governos democráticos do campo progressistas também trataram. O capital é cruel, não tem ideologia, não quer saber se é esquerda, direita, conservador ou progressista. Ele quer se remunerar”, afirmou.

Patriota ainda acrescentou: “Esse relatório é um retrato fidedigno da ordem do mundo, de que somos um país periférico, exportador de commodities, com meio ambiente riquíssimo para exaurirem e explorarem. Atingidos para o capital são um detalhe”, completou.